



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
7 de junho
de 2021**

E agora, Flávio Dino e MP??? Vocês vão estatizar os ferry boats da Internacional Marítima???

Filipe Mota

Copyright © 2017. All Rights Reserved .

O governador Flávio Dino e o

Ministério Público do Maranhão pegaram pesado com a ServPorto, ao ponto de até

Site: <https://www.filipemota.com.br/2021/06/e-agora-flavio-dino-e-mp-voces-vaio.html>

estatizar a operadora que explora os serviços de travessia marítima entre Ponta

da Espera e Cajupe - o serviço que era explorado pela empresa, desde o ano

passado é realizado pelo governo do Maranhão por meio da Agência de Mobilidade

Urbana - MOB.

O governo do Maranhão e o MP

interviram e estatizaram a Servporto, com alegações de más serviços prestados

pela empresa. E agora??? Vão fazer o mesmo com a Internacional Marítima, que tem capital societário de mais de R\$ 50 Milhões, de propriedade

dos empresários Luiz Carlos Cantanhede Fernandes e seu filho, que é presidente

da Associação Comercial do Maranhão, Cristiano Cantanhede Fernandes???

Se não intervir na Internacional

Marítima, restará claro que o motivo da intervenção na Servporto foi no mínimo

estranho, haja vista que este incêndio em equipamento da Internacional Marítima

foi o mais grave de todos no sistema de travessia no estado.

E agora, Flávio Dino??? Vai estatizar

também os ferrys da Internacional Marítima???

CPI da Alema não pode interferir diretamente no preço dos combustíveis, diz especialista (Política)

Selma Rosa

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Combustíveis na Assembleia Legislativa do Maranhão, que investiga supostas irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade dos combustíveis no estado, não tem poder para reduzir o impacto do preço dos produtos no bolso do consumidor, diz o mestre em Economia Eden do Carmo Soares Júnior em entrevista ao ATUAL7.

Ele considera que, somente a partir de relatório circunstanciado do colegiado, com base nas investigações e na legislação consumerista, é que órgãos de fiscalização como o **Ministério Público** podem "ingressar com ações" na Justiça que possam resultar na redução desses valores.

Eden Júnior acredita que eventual diminuição tributária ou na alíquota do ICMS nem sempre redundará num menor valor cobrado pelos combustíveis ao consumidor que paga pelos produtos direto na bomba dos postos, quando vai abastecer.

A CPI dos Combustíveis tem poder para diminuir o preço da gasolina, do gás de cozinha, e outros combustíveis?

Essa é uma questão mais jurídica, porém creio que, diretamente, a CPI não pode interferir no valor desses produtos, inclusive para reduzi-los. O que, provavelmente, pode acontecer é que a partir dos procedimentos de investigações próprios da CPI, como a inquirição de testemunhas e análise de documentos, o relatório da comissão pode ser enviado para órgãos de fiscalização competentes, como o **Ministério Público**. Então, o MP pode ingressar com ações, com base na legislação que protege o consumidor e objetiva promover a ampla concorrência, e essas medidas podem redundar na redução de valores. Mas, realmente, esse desdobramento é muito complexo. O que importa mais, no momento, é que a CPI desempenhe adequadamente seu papel de apurar supostos abusos nos preços dos combustíveis.

Qual é a solução para reduzir os preços? Reduzir as alíquotas ou tirar alguns impostos? E, quais seriam

esses impostos?

Em tese, de acordo com a teoria econômica, o valor de qualquer produto varia conforme a oferta e a demanda, num tipo de mercado em que temos uma situação de "concorrência perfeita", onde há muitos vendedores e muitos consumidores. Então, os compradores escolheriam comprar o produto naquele vendedor que tivesse o preço mais baixo. Porém, não é isso que ocorre no mercado de venda de combustíveis.

Nele temos muitos consumidores e poucos vendedores (postos). Assim, não é fácil se reduzir preços, somente pela regra da oferta e demanda nesse tipo de contexto. Então, em última instância, a solução, não necessariamente para reduzir o preço dos combustíveis, mas para que eles variem conforme a oferta e demanda, seria termos mais postos de combustíveis instalados e, assim, fatalmente, teríamos oscilação de preços conforme a oferta e a demanda.

Essa questão de impostos e suas alíquotas é importante para a formação dos preços em geral, porque quanto mais imposto, em tese, maior será o valor dos produtos. Mas se você tem um mercado com poucos vendedores, nem sempre uma diminuição no número de tributos ou no percentual das alíquotas desses redundará num menor valor para o consumidor final. Isso porque, os vendedores, sendo poucos, têm o poder de represar a redução dos preços conforme sua vontade. Agora, no "mundo ideal", tributos como ICMS, PIS e Cofins, deveriam ter alíquotas módicas, para que o consumidor pudesse pagar menos pelos combustíveis.

Eventual redução na alíquota do ICMS produziria algum impacto no valor dos combustíveis no bolso do consumidor?

Como eu falei na questão anterior, uma redução da alíquota do ICMS, teoricamente, levaria a uma contração no valor dos combustíveis e isso seria benéfico para o consumidor. Agora, levanto questões como, se num mercado como o dos combustíveis, com poucos vendedores, essa redução de alíquotas seria repassada para o valor final dos combustíveis? Ou, se

o governo estadual poderia reduzir a alíquota, tendo em vista os compromissos orçamentários -como **políticas públicas de saúde**, educação e segurança, por exemplo- anteriormente assumidos?; ou mesmo, se o governo estadual não deveria fazer algum tipo de reforma administrativa, reduzindo o número de secretarias e de cargos comissionados, para, assim, poder abrir mão de receitas e diminuir a alíquota do ICMS sobre os combustíveis, objetivando a contração do valor dos mesmos?

É certo falar em reajustes abusivos? Isso pode estar acontecendo?

De pronto, não é certo falar em "reajustes abusivos". Somente com instrumentos de investigação de instâncias como CPI, **Ministério Público** ou delegacias especializadas, é que se poderia chegar à conclusão de que ocorrem reajustes abusivos no mercado de combustíveis. Contudo, hipoteticamente, como dito, o mercado de combustíveis, em que não existem tantos vendedores, são estruturas que favorecem a ocorrência de reajustes abusivos. Mas não se pode imputar essa impropriedade a alguém, antes de uma investigação muito consistente que possa levar a essa constatação.

Qual poderia ser o principal fator econômico para estarmos vivendo essa situação, com o preço da gasolina quase a seis reais? Uma reforma tributária resolveria, e em que moldes?

Posso imaginar alguns fatores: um mercado com poucos vendedores, onde a concorrência não é a tônica ou é 'fictícia'; elevada carga tributária incidente sobre os combustíveis, ou outros custos que recaem sobre os negócios de combustíveis e que dificultam a redução dos valores; poucas empresas exploradoras de petróleo, refinarias e distribuidoras, circunstâncias essas que fazem com que os próprios postos já tenham poucas opções de compra dos combustíveis e acarretam no encarecimento do produto para o consumidor final. Uma reforma tributária poderia ajudar, se resultasse na diminuição dos tributos que pesam sobre os combustíveis. Contudo, essa questão de reforma tributária não é fácil de fluir no Congresso Nacional, já que envolve interesses muito difusos, e temos aí mais um governo que não consegue impulsionar uma reforma, como estamos vendo agora.

A CPI fala em identificar, no decorrer de suas investigações, formação de cartel na Grande Ilha...

De antemão a CPI não deve falar em tentar identificar um cartel. E se ele não existir? No decorrer dos trabalhos, ela pode chegar até a essa conclusão, mas não deve ser um objetivo em si da comissão.

Economicamente, um cartel é caracterizado por um tipo de anomalia de mercado, em que existem poucas empresas operando num setor e essas podem combinar a quantidade de produtos que serão ofertadas ao consumidor e mesmo o preço das mercadorias. Dessa forma, as empresas que operam em cartel podem ter lucros extraordinários, em razão de poder impor o preço dos bens. Diferente das empresas que atuam num mercado em que existe uma concorrência verdadeira, no qual o consumidor pode optar entre muitos vendedores, por aquele que lhe ofereça o melhor preço.

Identificar, na prática, a existência de um cartel é um desafio gigante para qualquer órgão de investigação. O sucesso desse intento, se realmente existir um cartel, vai depender muito da qualidade da investigação empreendida e da robustez das provas que ela conseguir levantar. Mas essa não é tarefa das mais elementares, e dependerá muito dos depoimentos, documentos, inspeções e provas que a CPI conseguir obter.

De que forma o consumidor pode atuar para cooperar com o avanço da CPI, para que ela cumpra seus objetivos?

Creio que o consumidor poderá levar ao conhecimento da CPI, se existirem, indícios de abusos que observe em seu cotidiano. Como valores semelhantes de combustíveis praticados por postos numa mesma área da cidade ou num mesmo dia, por exemplo.

Site: <https://atual7.com/noticias/politica/2021/06/cpi-da-alema-nao-pode-interferir-diretamente-no-preco-dos-combustiveis-diz-especialista/>

Ferryboat pega fogo na Ponta da Espera, em São Luís

Ferryboat pegou na Ponta da Espera, em São Luís
(Foto: Reprodução)

Um ferryboat pegou fogo nesse domingo (6) na Ponta da Espera, em São Luís. De acordo com as primeiras informações, a embarcação, ocupada por sete tripulantes, estava atracada no momento do incidente. Três pessoas tiveram ferimentos leves.

O fogo teria começado por volta de 1h da manhã, e as chamas só foram controladas pelo Corpo de Bombeiros ao amanhecer. Ainda não há a confirmação sobre as causas do incêndio, que estão sendo investigadas.

O ferryboat vai permanecer fora de circulação até que os trabalhos de vistoria e recuperação sejam concluídos.

A Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB) informou que a segurança da navegação é de responsabilidade da Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos.

Confira a nota da MOB

A Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB) informa que o ferryboat Cidade de Pinheiro, da empresa Internacional Marítima, pegou fogo nos salões na madrugada deste domingo.

A MOB pontua que a segurança da navegação é de responsabilidade da Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos, e que já está em contato com o órgão citado a fim de colaborar com o esclarecimento dos motivos do acidente. O ferryboat tem o prazo de 6 meses para retornar os serviços.

Por sua vez, o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), comunica que o ferryboat estava, aproximadamente, ancorado a um 1km de distância e não estava operando no momento do acidente. Foram contabilizados danos materiais e três vítimas, sendo que duas foram conduzidas antes da chegada do Corpo de Bombeiros e a outra se recusou a receber atendimento.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/06/07/ferryboat-pega-fogo-na-ponta-da-espera-em-sao-luis/>

Homem esfaqueia companheira, filha e neto de 3 meses

Vítimas foram levadas ao hospital Regional de Iguatu, no interior do Ceará (Foto: Divulgação)

Um homem esfaqueou a companheira , de 34 anos, a filha , de 14 anos, e o neto , um bebê de três meses, filho da adolescente. A tentativa de homicídio aconteceu no sábado (05), no bairro Vila Moura, na cidade de Iguatu , a 364 quilômetros de distância de Fortaleza.

Segundo a Delegacia Regional de Iguatu, o caso aconteceu na residência onde as vítimas moram. A Secretaria da **Segurança Pública** e Defesa Social (SSPDS) afirma que houve uma discussão entre o suspeito, auxiliar de serviços gerais de 39 anos, e a companheira após o ele ter ingerido bebida alcoólica.

Após o crime, mãe, filha e neto foram socorridos para o Hospital Regional de Iguatu (HRI), onde permanecem internados. O estado de saúde das vítimas não foi informado. O bebê é filho da adolescente.

Conforme a SSPDS, a tripla tentativa de homicídio é investigada pela Delegacia Regional de Iguatu. Equipes da Polícia Militar realizam buscas na região para capturar o suspeito, que está foragido.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/06/07/homem-esfaqueia-companheira-filha-e-neto-de-3-meses/>

Ferryboat com 7 tripulantes é tomada pelo fogo

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

SBTMA-07.29.06-07.30.43-1623072951.mp4

Ferryboat pega fogo com 7 tripulantes

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

SBTMA-06.10.58-06.14.30-1623071479.mp4

Prefeito Fernando Bermuda quer investigar prestação de contas do transporte escolar do ex prefeito Valmir Morais!!!

Rui Marisson

Prefeito, a campanha já acabou, desça do palanque, já tem 5 meses que o senhor é o prefeito da cidade e até agora só EMBROMATION!!!

Prefeito, a campanha já acabou, desça do palanque, já tem 5 meses que o senhor é o prefeito da cidade e até agora só EMBROMATION!!!

O grande prefeito de Campestre, Fernando Bermuda, baixou portaria

para apurar os fatos referentes a atos ilegais ou antieconômicos praticados

pelo ex-prefeito municipal, Sr. VALMIR DE MORAIS LIMA, por força de violação

dos deveres legais de prestar contas do Programa Estadual de Apoio ao Transporte

Escolar (PEATE/MA), celebrado no ano de 2019 junto ao GOVERNO DO ESTADO DO

MARANHÃO, através da Secretária Estadual de Educação.

Prefeito,

a campanha já acabou, desça do palanque, já tem 5 meses que o senhor é o

prefeito da cidade e até agora só EMBROMATION, se existe ilegalidade na prestação de contas, encaminhe ao **Ministério Público** para que seja investigado. Perseguição é coisa pra gente pequena!!!

Site: <https://www.ruiporao.com.br/2021/06/prefeito-fernando-bermuda-quer.html>

MARANHÃO - Reunião discute estratégias para acelerar vacinação nos municípios

Walkir Marinho

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, se reuniu na manhã desta segunda-feira, 7, com o defensor público-geral do estado, Alberto Bastos, e com a promotora de justiça Glória Mafra (coordenadora do **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão**) para tratar do acompanhamento da vacinação nos municípios maranhenses. O encontro foi realizado na Procuradoria Geral de Justiça.

Em reunião, PGJ e DPE trataram medidas para acelerar vacinação

O objetivo foi dar continuidade à discussão iniciada no dia 28, em reunião realizada também na PGJ, que debateu a aceleração do plano de imunização nos municípios maranhenses e a alimentação correta dos dados no sistema do Ministério da Saúde.

O motivo foi a existência de 600 mil doses entregues aos 217 municípios do estado que ainda não constavam no registro do Ministério da Saúde como aplicadas. Além disso, 37 cidades estavam com o índice de vacinação abaixo da meta.

Naquela audiência, foi emitida Recomendação conjunta para que os Municípios com a imunização atrasada regularizassem a cobertura vacinal até o dia 11 de junho. Do contrário, as instituições envolvidas vão tomar as medidas judiciais cabíveis.

MEDIDAS

Para melhorar a cobertura vacinal, a promotora de justiça Glória Mafra informou no encontro desta segunda-feira, 7, que vai se reunir nesta terça-feira, 8, com técnicos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Maranhão (Cosems) para identificar a situação de cada município: as causas do atraso na vacinação.

"Também vamos apurar e tentar entender as diferenças dos dados do Localiza SUS e do portal da SES. A ideia é propor soluções principalmente para os municípios que estão com a vacinação abaixo da meta", declarou Glória Mafra.

Na reunião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ressaltou que após a Recomendação muitos municípios aceleraram a vacinação, com a realização de mutirões, inclusive nos fins de semana, mas ainda é preciso melhorar a cobertura.

"O que nós do Ministério Público e os colegas da Defensoria queremos é unicamente proteger a vida do maranhense. Se a cobertura vacinal não melhorar, vamos tomar uma medida judicial. Temos que garantir esta imunização", completou o chefe do **MPMA**. (CCOM-**MPMA**)

Site: <https://horaextra.slz.br/2021/06/07/maranhao-reuniao-discute-estrategias-para-acelerar-vacinacao-nos-municipios/>

CAROLINA: Município atende Recomendação do MPMA e adota Pregão Eletrônico

Eduardo Ericeira

O Município de Carolina atendeu a uma Recomendação do **Ministério Público** que versava sobre a adoção de Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns e contratações. O documento ministerial foi enviado aos Poderes Executivo e Legislativo em janeiro de 2020 pelo **promotor de justiça** de Carolina, Marco Túlio Rodrigues Lopes.

O Município respondeu ao **MPMA** no dia 28 de maio comprovando a adoção de medidas para realizar o Pregão Eletrônico. A Câmara de Vereadores respondeu que está tentando resolver a questão, mas ainda não comprovou as medidas tomadas.

De acordo com o promotor, a Recomendação foi elaborada por conta da existência de vários procedimentos investigativos, ações penais e ações civis públicas em andamento na Promotoria de Carolina que apontam fraudes em processos licitatórios pelo Município, sendo boa parte relacionados a Pregões Presenciais.

Na Recomendação, o representante do **Ministério Público** cita o Decreto Presidencial nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o processo licitatório na modalidade pregão. O decreto exclui o pregão presencial e estabelece a forma eletrônica para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluindo os de engenharia.

Marco Túlio afirma que o atendimento à Recomendação, sem a necessidade de ir a juízo, gera eficiência da atuação funcional, com enfoque na celeridade, no desenvolvimento de técnicas proativas, preventivas e resolutivas. O promotor ressalta a oportunidade de inserir o **Ministério Público** em uma cultura institucional de produção de resultados socialmente relevantes e que não dependam da necessária intervenção do Poder Judiciário.

Embora seja recorrente o não atendimento às recomendações ministeriais, o instrumento aqui utilizado produziu efeitos positivos no sentido induzir o poder executivo à utilização de ferramentas que

permitam um ganho de eficiência na maior parte dos certames licitatórios", enfatiza o membro do **Ministério Público**, Marco Túlio Lopes.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/06/carolina-municipio-atende-recomendacao.html>

MPMA emite Recomendações sobre convocação de aprovados em concurso público em Matões do Norte

Eduardo Ericeira

Em audiência realizada na última sexta-feira, 4, o **Ministério Público do Maranhão** emitiu à Prefeitura de Matões do Norte, Recomendações acerca do processo de convocação de professores, médicos e assistentes sociais aprovados em concurso público do município, bem como de 16 candidatos excedentes.

Durante a audiência, em que estiveram presentes o prefeito de Matões do Norte, Solimar Alves de Oliveira, e demais funcionários da administração municipal, foi lembrado que o processo de nomeação para o cargo de professor já transitou em julgado, não havendo mais impedimentos para as nomeações.

Sobre a convocação de docentes, também foi lembrada a Recomendação emitida pelo **MPMA** em 13 de maio. No documento, foi solicitado à Prefeitura que não realize contratações para o cargo de professor, enquanto todos os aprovados no último concurso não forem nomeados. A Recomendação foi expedida após denúncias de que a Câmara Municipal de Matões do Norte editou uma lei prevendo a criação de 160 vagas para professores, o dobro do número de aprovados no concurso.

Na Recomendação, proposta na última semana pelo **promotor de justiça** Márcio Antônio Alves, foi pedido que as convocações sejam realizadas até o dia 15 de junho, por meio de editais que cumpram o princípio da publicidade. Além do Diário Oficial do município, os editais de convocação também deverão ser publicados na página inicial do site da Prefeitura. As comprovações deverão ser enviadas para o e-mail da Promotoria de Justiça até o dia 16 de junho.

O não cumprimento poderá levar à responsabilização por **improbidade administrativa**.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/06/mpma-emite-recomendacoes-sobre.html>

Reunião discute estratégias para acelerar vacinação nos municípios

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, se reuniu na manhã desta segunda-feira, 7, com o defensor público-geral do estado, Alberto Bastos, e com a promotora de justiça Glória Mafra (coordenadora do **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão**) para tratar do acompanhamento da vacinação nos municípios maranhenses. O encontro foi realizado na Procuradoria Geral de Justiça.

O objetivo foi dar continuidade à discussão iniciada no dia 28, em reunião realizada também na PGJ, que debateu a aceleração do plano de imunização nos municípios maranhenses e a alimentação correta dos dados no sistema do Ministério da Saúde.

O motivo foi a existência de 600 mil doses entregues aos 217 municípios do estado que ainda não constavam no registro do Ministério da Saúde como aplicadas. Além disso, 37 cidades estavam com o índice de vacinação abaixo da meta.

Naquela audiência, foi emitida Recomendação conjunta para que os Municípios com a imunização atrasada regularizassem a cobertura vacinal até o dia 11 de junho. Do contrário, as instituições envolvidas vão tomar as medidas judiciais cabíveis.

MEDIDAS

Para melhorar a cobertura vacinal, a promotora de justiça Glória Mafra informou no encontro desta segunda-feira, 7, que vai se reunir nesta terça-feira, 8, com técnicos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Maranhão (Cosems) para identificar a situação de cada município: as causas do atraso na vacinação.

"Também vamos apurar e tentar entender as diferenças dos dados do Localiza SUS e do portal da SES. A ideia é propor soluções principalmente para os municípios que estão com a vacinação abaixo da meta", declarou Glória Mafra.

Na reunião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ressaltou que após a Recomendação muitos municípios aceleraram a vacinação, com a realização de mutirões, inclusive nos fins de semana, mas ainda

é preciso melhorar a cobertura.

"O que nós do Ministério Público e os colegas da Defensoria queremos é unicamente proteger a vida do maranhense. Se a cobertura vacinal não melhorar, vamos tomar uma medida judicial. Temos que garantir esta imunização", completou o chefe do **MPMA**.

Com informações: CCOM-**MPMA**

Site: <http://www.suacidade.com/noticias/sao-luis/reuniao-discute-estrategias-para-acelerar-vacinacao-nos-municipios>

Reunião discute estratégias para acelerar vacinação nos municípios

Assessoria

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, se reuniu na manhã desta segunda-feira (7) com o defensor público-geral do estado, Alberto Bastos, e com a promotora de justiça Glória Mafra (coordenadora do **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão**) para tratar do acompanhamento da vacinação nos municípios maranhenses. O encontro foi realizado na Procuradoria Geral de Justiça.

O objetivo foi dar continuidade à discussão iniciada no dia 28, em reunião realizada também na PGJ, que debateu a aceleração do plano de imunização nos municípios maranhenses e a alimentação correta dos dados no sistema do Ministério da Saúde.

O motivo foi a existência de 600 mil doses entregues aos 217 municípios do estado que ainda não constavam no registro do Ministério da Saúde como aplicadas. Além disso, 37 cidades estavam com o índice de vacinação abaixo da meta.

Naquela audiência, foi emitida Recomendação conjunta para que os Municípios com a imunização atrasada regularizassem a cobertura vacinal até o dia 11 de junho. Do contrário, as instituições envolvidas vão tomar as medidas judiciais cabíveis.

MEDIDAS

Para melhorar a cobertura vacinal, a promotora de justiça Glória Mafra informou no encontro desta segunda-feira, 7, que vai se reunir nesta terça-feira, 8, com técnicos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Maranhão (Cosems) para identificar a situação de cada município: as causas do atraso na vacinação.

"Também vamos apurar e tentar entender as diferenças dos dados do Localiza SUS e do portal da SES. A ideia é propor soluções principalmente para os municípios que estão com a vacinação abaixo da meta", declarou Glória Mafra.

Na reunião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ressaltou que após a Recomendação muitos

municípios aceleraram a vacinação, com a realização de mutirões, inclusive nos fins de semana, mas ainda é preciso melhorar a cobertura.

"O que nós do Ministério Público e os colegas da Defensoria queremos é unicamente proteger a vida do maranhense. Se a cobertura vacinal não melhorar, vamos tomar uma medida judicial. Temos que garantir esta imunização", completou o chefe do **MPMA**.

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/06/07/reuniao-discute-estrategias-para-acelerar-vacinacao-nos-municipios/>

Reunião discute estratégias para acelerar vacinação nos municípios

Assessoria

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, se reuniu na manhã desta segunda-feira (7) com o defensor público-geral do estado, Alberto Bastos, e com a promotora de justiça Glória Mafra (coordenadora do **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão**) para tratar do acompanhamento da vacinação nos municípios maranhenses. O encontro foi realizado na Procuradoria Geral de Justiça.

O objetivo foi dar continuidade à discussão iniciada no dia 28, em reunião realizada também na PGJ, que debateu a aceleração do plano de imunização nos municípios maranhenses e a alimentação correta dos dados no sistema do Ministério da Saúde.

O motivo foi a existência de 600 mil doses entregues aos 217 municípios do estado que ainda não constavam no registro do Ministério da Saúde como aplicadas. Além disso, 37 cidades estavam com o índice de vacinação abaixo da meta.

Naquela audiência, foi emitida Recomendação conjunta para que os Municípios com a imunização atrasada regularizassem a cobertura vacinal até o dia 11 de junho. Do contrário, as instituições envolvidas vão tomar as medidas judiciais cabíveis.

MEDIDAS

Para melhorar a cobertura vacinal, a promotora de justiça Glória Mafra informou no encontro desta segunda-feira, 7, que vai se reunir nesta terça-feira, 8, com técnicos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Maranhão (Cosems) para identificar a situação de cada município: as causas do atraso na vacinação.

"Também vamos apurar e tentar entender as diferenças dos dados do Localiza SUS e do portal da SES. A ideia é propor soluções principalmente para os municípios que estão com a vacinação abaixo da meta", declarou Glória Mafra.

Na reunião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ressaltou que após a Recomendação muitos

municípios aceleraram a vacinação, com a realização de mutirões, inclusive nos fins de semana, mas ainda é preciso melhorar a cobertura.

"O que nós do Ministério Público e os colegas da Defensoria queremos é unicamente proteger a vida do maranhense. Se a cobertura vacinal não melhorar, vamos tomar uma medida judicial. Temos que garantir esta imunização", completou o chefe do **MPMA**.

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/06/07/reuniao-discute-estrategias-para-acelerar-vacinacao-nos-municipios/>

MP-MA afirma que é preciso melhorar a cobertura vacinal contra a Covid no Maranhão

SÃO LUÍS - O **Ministério Público do Maranhão** informou, nesta segunda-feira (7), que após emitir Recomendação para que os municípios maranhenses, com a imunização contra a Covid atrasada, regularizassem a cobertura vacinal até o dia 11 de junho, muitos aceleraram a **vacinação**, com a realização de mutirões, inclusive nos fins de semana.

No entanto, o MP-MA afirma que ainda é preciso melhorar a cobertura.

A Recomendação foi emitida no dia 28 de maio, em uma reunião realizada na Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), que debateu a aceleração do plano de imunização nos municípios maranhenses e a alimentação correta dos dados no sistema do Ministério da Saúde.

O motivo da reunião foi a existência, na época, de 600 mil doses entregues aos 217 municípios do Estado que ainda não constavam no registro do Ministério da Saúde como aplicadas. Além disso, 37 cidades estavam com o índice de **vacinação** abaixo da meta.

Na audiência, foi emitida Recomendação conjunta para que os municípios com a imunização atrasada regularizassem a cobertura vacinal até 11 de junho. Do contrário, as instituições envolvidas deveriam tomar as medidas judiciais cabíveis.

Nova reunião

Nesta segunda (7), o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, se reuniu com o defensor público-geral do estado, Alberto Bastos, e com a promotora de justiça Glória Mafra (coordenadora do **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão**) para tratar do acompanhamento da **vacinação** nos municípios maranhenses. O encontro foi realizado na Procuradoria Geral de Justiça.

Para melhorar a cobertura vacinal, a promotora de justiça Glória Mafra informou no encontro desta segunda, que vai se reunir nesta terça-feira (8), com técnicos da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), da Secretaria de Estado da

Saúde (SES) e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Maranhão (Cosems) para identificar a situação de cada município: as causas do atraso na **vacinação**.

"Também vamos apurar e tentar entender as diferenças dos dados do Localiza SUS e do portal da SES. A ideia é propor soluções principalmente para os municípios que estão com a **vacinação** abaixo da meta", declarou Glória Mafra.

Na reunião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, ressaltou que após a Recomendação do dia 28 de maio muitos municípios aceleraram a **vacinação**, mas ainda é preciso melhorar a cobertura.

"O que nós do Ministério Público e os colegas da Defensoria queremos é unicamente proteger a vida do maranhense. Se a cobertura vacinal não melhorar, vamos tomar uma medida judicial. Temos que garantir esta imunização", completou o chefe do MP-MA.

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/06/07/mp-ma-afirma-que-e-preciso-melhorar-a-cobertura-vacinal-contra-a-covid-no-maranhao.shtml>

CAROLINA - Município atende Recomendação do MPMA e adota Pregão Eletrônico

Recomendação orientava poderes a ajustar a modalidade de aquisições e contratações

O Município de Carolina atendeu a uma Recomendação do **Ministério Público** que versava sobre a adoção de Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns e contratações. O documento ministerial foi enviado aos Poderes Executivo e Legislativo em janeiro de 2020 pelo **promotor de justiça** de Carolina, Marco Túlio Rodrigues Lopes.

O Município respondeu ao **MPMA** no dia 28 de maio comprovando a adoção de medidas para realizar o Pregão Eletrônico. A Câmara de Vereadores respondeu que está tentando resolver a questão, mas ainda não comprovou as medidas tomadas.

De acordo com o promotor, a Recomendação foi elaborada por conta da existência de vários procedimentos investigativos, ações penais e ações civis públicas em andamento na Promotoria de Carolina que apontam fraudes em processos licitatórios pelo Município, sendo boa parte relacionados a Pregões Presenciais.

Na Recomendação, o representante do **Ministério Público** cita o Decreto Presidencial nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o processo licitatório na modalidade pregão. O decreto exclui o pregão presencial e estabelece a forma eletrônica para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluindo os de engenharia.

Marco Túlio afirma que o atendimento à Recomendação, sem a necessidade de ir a juízo, gera eficiência da atuação funcional, com enfoque na celeridade, no desenvolvimento de técnicas proativas, preventivas e resolutivas. O promotor ressalta a oportunidade de inserir o **Ministério Público** em uma cultura institucional de produção de resultados socialmente relevantes e que não dependam da necessária intervenção do Poder Judiciário.

Embora seja recorrente o não atendimento às recomendações ministeriais, o instrumento aqui utilizado produziu efeitos positivos no sentido induzir o

poder executivo à utilização de ferramentas que permitam um ganho de eficiência na maior parte dos certames licitatórios", enfatiza o membro do **Ministério Público**, Marco Túlio Lopes.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/985781/carolina-municipio-atende-recomendacao-do-mpma-e-adota-pregao-eletronico>

DPE e MP avaliam cobertura em municípios maranhenses com baixo índice de vacinas aplicadas

O defensor público-geral do Estado, Alberto Bastos, o procurador-geral de Justiça do **Maranhão**, Eduardo Nicolau, e a promotora de Justiça Glória Mafra, avaliaram, em reunião realizada nesta segunda-feira (7), os dados preliminares que apontam para uma leve melhora no índice de **vacinas** contra a **Covid-19** aplicadas em municípios maranhenses que, nas últimas semanas, apresentavam cobertura de vacinação do público-alvo abaixo da meta estabelecida.

De acordo com o defensor público-geral do Estado, Alberto Bastos, foi observado um pequeno avanço na cobertura vacinal nos municípios que foram acionados pela DPE e o MP, no dia 31 de maio, porque registravam menos de 80% de cobertura contra a **Covid-19** no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI).

O índice de vacinação nesses municípios passou de 70% para 78% nos municípios. "Podemos verificar que as recomendações feitas pela Defensoria e **Ministério Público** já surtiram efeito. No entanto, o crescimento na cobertura vacinal ainda não foi completamente satisfatório. Alguns municípios até apresentaram uma pequena redução na percentagem de doses aplicadas. Por isso, iremos depurar esses dados, caso a caso, para saber a realidade concreta desses municípios e discutir novamente que medidas podem ser recomendadas para garantir que a população tenha acesso à **vacina**", explicou o defensor-geral.

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, lembrou que foi concedido prazo até o dia 11 de junho para que os municípios imprimam a maior celeridade possível ao cadastramento no sistema (SI-PNI) das doses aplicadas e quantitativo populacional vacinado. Caso os municípios não atinjam a meta vacinal estabelecida de 80%, medidas judiciais poderão ser adotadas. "Nós estamos vendo que a coisa andou, fluiu. Os prefeitos estão mais preocupados, estão fazendo vacinação aos finais de semana, o que antes não ocorria, e estão vacinando da manhã até a noite sem interrupção para o almoço. Vamos avaliar os dados novamente e, se os municípios não melhorarem o índice de **vacinas**, vamos ter que adotar medidas judiciais. Nós só queremos garantir a vida do cidadão

maranhense", pontuou.

Os dados preliminares serão analisados detalhadamente em uma reunião técnica prevista para esta terça. O encontro virtual será conduzido pela promotora Glória Mafra, que é coordenadora do **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** do **Ministério Público** do **Maranhão**, e contará com a participação de representantes da Defensoria Pública do Estado, Secretaria de Estado da Saúde, do Conecta SUS, da Famem e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do **Maranhão**.

Site:

<https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/noticias/7270/dpe-e-mp-avaliam-cobertura-em-municipios-maranhenses-com-baixo-indice-de-vacinas-aplicadas>

Família diz que polícia não socorreu jovem homossexual que desapareceu em rio em Porto Franco, no MA

Por G1 MA - São Luís, MA

A Secretaria Estadual de **Segurança Pública** (SSP-MA) do Maranhão vai investigar a morte de Luís Carlos Sousa de Almeida, de 19 anos, que aconteceu na última sexta-feira (4), em Porto Franco, a 720 km de São Luís. A família do jovem afirma que ele foi vítima de omissão de socorro por parte de agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A PRF nega.

Luís Carlos era homossexual e sofria de problemas psicológicos. Ao G1, Cirlei Almeida Martins, tia da vítima, explica que após um surto psicótico, ele se despiu e saiu de casa. Luís Carlos chegou a andar nu por cerca de 2 km, passando pelas principais ruas da cidade.

A situação chegou a ser filmada por alguns moradores da cidade (veja o vídeo acima). Em determinado momento, Luís Carlos aparece ao lado de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Segundo Cirlei Almeida, mesmo não aparentando estar em boas condições psicológicas, o jovem não foi impedido. Minutos depois, Luís Carlos entrou em um rio da cidade e não foi mais visto. O corpo da vítima foi encontrado na tarde de sábado (5).

Para a família, Luís Carlos foi vítima de omissão de socorro e em seus últimos momentos de vida, ainda foi alvo de piadas e comentários homofóbicos por parte de moradores do município (veja o depoimento completo abaixo).

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) nega que tenha omitido socorro a Luís Carlos e afirma que uma equipe que estava de plantão na BR-010 tentou prestar auxílio ao jovem, que chegou a rejeitar ajuda dos agentes (leia a nota completa mais abaixo).

Segundo a PRF, os policiais continuaram fazendo batedor para resguardar a integridade física do jovem. Entretanto, Luís Carlos teria entrado em uma área particular e não foi mais visto, devido a escuridão do local. A PRF afirma que chegou a fazer algumas buscas a pé, mas não conseguiu localizar o jovem.

A PRF explica, ainda, que ainda tentou contato com a Polícia Militar do Maranhão (PM-MA), responsável pela escolta da área, mas os policiais militares não puderam se deslocar, já que a viatura estaria em outra missão.

Cirlei Almeida diz que a família se sente humilhada devido a falta de amparo do poder público e clama por justiça.

A família não quer que isso passe impune. Isso não vai trazer o Luís de volta, mas a gente não quer que isso aconteça com outras famílias, então isso não pode ficar impune. Tem culpado, tem culpado sim. Eles poderiam ter feito alguma coisa sim. Nos ajude, nós clamamos por socorro. Nos sentimos massacrados, humilhados e queremos justiça. Nós queremos justiça. Nós estamos tristes pela perda e chateados pela omissão de socorro, concluiu.

Após a repercussão do caso, o caso chegou até a Secretaria de Estado de **Direitos Humanos** e Participação Popular (Sedihpop) do Maranhão. Por meio de nota, a secretaria informou que acompanha o caso por meio da coordenação Estadual da Política LGBT, da Ouvidoria de **Direitos Humanos**, Igualdade Racial e Juventude e da Superintendência de Combate à Violência Institucional (SCVI).

A secretaria afirmou, também, que o CRAS do município de Porto Franco será acionado, para tomar as devidas providências em relação ao caso.

A Prefeitura de Porto Franco, em nota, lamentou a morte de Luís Carlos. Segundo a prefeitura, o município entrou em contato com o comando-geral do Corpo de Bombeiros, solicitando apoio das unidades de Estreito e Imperatriz, na realização de buscas na Beira-Rio. O caso também será acompanhado pela entidade.

Sobre o caso de um homem que caminhava nu durante a noite de sexta-feira (04) no perímetro urbano da cidade de Porto Franco, sudoeste no Maranhão, fato amplamente divulgado em rede social, a assessoria de comunicação da PRF no estado do Maranhão informa o que se segue:

1 - uma equipe PRF de plantão na BR-010 adentrou a cidade quando tentou ajudar e prestar auxílio ao rapaz, que rejeitava a ajuda da equipe. Ainda assim, mesmo fora da rodovia, os policiais continuaram fazendo batedor para resguardar a integridade física do mesmo.

2 - Em determinado momento o rapaz entrou em uma área particular e não foi mais visto pelos policiais, pois a escuridão o encobriu.

3 - Na impossibilidade de ajudar ao rapaz, que negava ser auxiliado, a equipe PRF, considerando que o local é jurisdição da polícia militar, os PRFs tentaram contato com a PM local, mas os policiais militares não puderam deslocar, pois a viatura estaria em outra missão.

4 - Na impossibilidade de ajudá-lo, face a negativa do rapaz e, tendo em vista que o mesmo desapareceu na escuridão, adentrando uma propriedade privada, os policiais realizaram mais algumas buscas a pé, mas não conseguiram localizá-lo na escuridão. Diante disto tomaram rumo à rodovia e retomaram suas atividades de ronda.

A PRF informa que presta centenas de auxílios diariamente em todo o país. No Maranhão, os auxílios aos usuários das sete BRs que cortam o estado oscilam entre 04 a 18 apoios diários. Por outro lado, quando a pessoa não quer ou não aceita ser ajudado, na maioria das vezes os policiais não conseguem fazê-lo, como foi o caso narrado acima.

À disposição para maiores esclarecimentos .

Sobre o caso ocorrido com o jovem Luís Carlos, no município de Porto Franco-MA, na noite do último sábado (05), a Secretaria de Estado de **Direitos Humanos** e Participação Popular (Sedihpop) informa, que ao tomar conhecimento da ocorrência, acompanha o caso, por meio da coordenação Estadual da Política LGBT, da Ouvidoria de **Direitos Humanos**, Igualdade Racial e Juventude e da Superintendência de Combate à Violência Institucional (SCVI). Também acionará o Cras, órgão de competência no município, para as devidas providências relacionadas aos fatos supracitados.

A Sedihpop sinaliza que atualmente trabalha em parceria com órgãos municipais e sociedade civil organizada para promover o empoderamento da comunidade LGBTI+ na garantia de direitos junto as instâncias governamentais e não governamentais, prestando apoio à qualquer cidadão LGBTI+ sempre que é solicitado.

Por sua vez, a Secretaria de Estado de **Segurança Pública** (SSP), será apurado o caso.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/06/07/familia-diz-que-policia-nao-socorreu-jovem-homossexual-que-desapareceu-em-rio-em-porto-franco-no-ma.ghtml>

Uma a cada quatro mulheres foi vítima de violência no último ano, aponta pesquisa

Agência Estadão

Em meio à pandemia de covid-19 no Brasil, uma a cada quatro mulheres a partir dos 16 anos afirma ter sido vítima de algum tipo de violência nos últimos 12 meses, segundo pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 7, pelo Fórum Brasileiro de **Segurança Pública**. O levantamento também aponta que o País registrou, em média, oito mulheres agredidas fisicamente por minuto.

Os dados integram a terceira edição da pesquisa quantitativa "Visível e Invisível - A vitimização de mulheres no Brasil", realizada a cada dois anos pelo Instituto Datafolha, a pedido do Fórum, que desta vez teve financiamento da Uber. O balanço reuniu 2.079 entrevistas feitas em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 10 e 14 de maio.

Segundo o levantamento, 24,4% das participantes relataram ter sofrido violência no último ano - índice que equivaleria a cerca de 17 milhões de mulheres no Brasil. Comparado à edição anterior, o resultado manteve-se estável, apesar de ter crescido a percepção de que a violência de gênero aumentou no período. Em 2019, a prevalência indicada foi ligeiramente maior, de 27,4%, mas a diferença está dentro da margem de erro de 3 pontos percentuais da pesquisa.

Uma das hipóteses para explicar esse empate técnico passa por entender como a crise sanitária impactou no contexto das mulheres. "Em comparação a 2019, há uma queda de 29% para 19% da violência praticada nas ruas, mas ao mesmo tempo subiu de 42% para 49% nos domicílios", analisa Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum e uma das cinco pesquisadoras que conduziram o estudo. "Já aqueles casos em bar, balada, faculdade quase desaparecem agora, por causa da pandemia."

Em sete a cada dez ocorrências, o autor é uma pessoa conhecida - principalmente companheiros (25,4%) ou ex-companheiros (18,1%) Esta edição da pesquisa, no entanto, detectou aumento da participação de familiares, como pais, mães, irmãos e filhos, entre os agressores. "Os dados levam a crer que violência está, cada vez mais, dentro da casa das pessoas", avalia a diretora-executiva do Fórum.

Estudiosos do tema são unânimes em afirmar que a violência contra mulheres tende a acontecer em escalada. Via de regra, ela inicia com ofensas no dia-a-dia e pressões psicológicas que evoluem para espancamentos ou até feminicídio.

De acordo com o levantamento, a forma mais comum é a ofensa verbal, apontada por 18,6% das entrevistadas. Pela projeção, isso totalizaria 13 milhões de mulheres que foram alvo de insultos, xingamentos ou humilhações no último ano no País.

Já 6,3%, ou o equivalente a 4,3 milhões, afirmaram ter sido alvo de agressão física, com tapas, empurrões ou chutes. Para 2,4% das mulheres brasileiras (1,6 milhão), a violência atingiu formas mais graves, como espancamentos ou tentativas de estrangulamento.

Por sua vez, 5,4% foram vítimas de ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação e 3,1% sofreram ameaças com faca ou arma de fogo. Esses contingentes equivalem a 3,7 milhões e 2,1 milhões, respectivamente.

"Nem todo caso de **violência contra mulher** deve ser resolvido pela polícia", diz Samira. "Igreja, família, amigos, equipamentos de assistência social, atendimento psicológico são etapas importantes para a proteção e acolhimento. A rede de apoio precisa estar atenta, porque nem sempre a mulher consegue sair da situação sozinha. Agora, dependendo do nível de gravidade ou quando a violência se torna um padrão, é preciso sim buscar alternativas na polícia e na Justiça - o que boa parte das mulheres ainda deixa de fazer."

Os dados comprovam a fala da pesquisadora. Segundo o estudo, a reação mais comum após sofrer agressão mais grave é, na prática, "não fazer nada". Essa foi a resposta de 44,9% das vítimas. As alternativas que aparecem logo na sequência foram procurar ajuda da família (22%) ou de amigos (13%). Só 12% prestaram denúncia em delegacias especializadas e 7% acionaram a Polícia Militar.

Entre as que optaram por não tomar providência, 32,8% alegaram que poderiam resolver o conflito sozinhas, 16,8% julgaram que o caso não era importante a ponto de envolver a polícia. Para 13,4%, a justificativa foi medo de represália do agressor.

Falta de autonomia financeira é o principal fator de exposição à violência

O levantamento aponta, ainda, que a violência é mais prevalente entre mulheres jovens, pretas e divorciadas. Questionadas na pesquisa, as vítimas apontam a ausência de autonomia financeira, quadro que se agravou durante a pandemia, como o principal fator de vulnerabilidade.

Entre as vítimas, 25,1% afirmaram que estão expostas à violência porque perderam o emprego ou não têm possibilidade de trabalhar para garantir renda própria. "Isso é um elemento importante para endereçar políticas públicas e pensar em mecanismos específicos", diz Samira. "Se a mulher tem autonomia financeira, ela pode romper a relação. Mas, quando depende financeiramente do parceiro, ela acaba relevando ou procurando justificativas para as agressões. Afinal, o mais importante é colocar comida na mesa."

Pela pesquisa, a maior parte das vítimas tem entre 16 a 24 anos (35,2%), índice que vai decaindo na medida em que as faixas etárias avançam. Para as mulheres com 60 anos ou mais, o indicador é de 14,1%.

No recorte por cor, a prevalência é maior entre mulheres pretas (28,3%), seguida de pardas (24,6%) e brancas (23,5%). Já na análise por estado civil, a violência foi sofrida por 35% das mulheres divorciadas, 30,7% das solteiras, 17,1% das viúvas e 16,8% das casadas.

"O momento de ruptura é quando a mulher está exposta a maior risco. O caso típico de feminicídio no Brasil é o da mulher que se separa e o parceiro não lida bem com isso", analisa a diretora-executiva do Fórum. "Mas há outro elemento: muitas vezes, romper o relacionamento amoroso não significa estar livre, principalmente se a relação envolver filhos e houver algum tipo de interação com o agressor. A separação é um passo importante para afastar a violência do cotidiano, mas é preciso que ela esteja acompanhada de outras medidas para garantir a segurança da mulher."

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/06/07/uma-a-cada-quatro-mulheres-foi-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano-aponta-pesquisa/>

Morte de jovem em Porto Franco causa revolta nas redes

Kethlen Mata/ O Estado

São Luís - O caso da morte de Luís Carlos Almeida, 19 anos, que na última sexta-feira, 4, teria saído de casa após um surto psicológico e andando cerca de 2 km, totalmente sem roupas, gerou revolta nas redes sociais, durante todo o final de semana. De acordo com amigos e familiares de Luís, a Polícia teria visto toda a situação e não prestado ajuda ao jovem, eles também apontam negligência da Polícia.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Prefeitura Municipal de Porto Franco se posicionaram sobre o ocorrido na cidade. Segundo a PRF, uma equipe de plantão na BR-010 tentou ajudar e prestar auxílio ao rapaz, mas ele teria se recusado a ser atendido.

"Em determinado momento o rapaz entrou em uma área particular e não foi mais visto pelos policiais, pois a escuridão o encobriu", afirmou nota oficial. A PRF disse ainda, que essa atitude impossibilitou que a equipe ajudasse Luís.

Já a Prefeitura da cidade, divulgou posicionamento oficial, somente neste domingo, 6. A nota disse que assim que tomou conhecimento do caso, entrou em contato com o Comando-Geral do Corpo de Bombeiros solicitando apoio.

"O prefeito Deoclides acompanhou, junto com pessoas da Administração Municipal, familiares e amigos, as providências que foram tomadas para o resgate do corpo", pontuou a prefeitura.

Na tarde de sábado, 5, o corpo de Luís Carlos foi encontrado sem vida no Rio Tocantins.

Repercussão

Nas redes sociais, muitas pessoas começaram a pedir por "justiça para Luís Carlos", já que familiares e amigos afirmam que a Polícia foi negligente, já que o viu caminhando pelado até o local da sua morte.

Vale ressaltar, o fato do jovem não ter sido detido por atentado ao pudor. No Brasil, andar pelado pela rua é considerado crime, segundo o artigo 233 do código penal, pois é considerado prática de ato obsceno.

Internautas chegaram a divulgar um vídeo onde um

camburão da polícia é visto acompanhando o jovem pelas ruas de Porto Franco. Inclusive, no vídeo, não é possível identificar de qual polícia é o veículo.

O secretário de Estado de **Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)**, Francisco Gonçalves, se manifestou sobre o caso, neste domingo, 6, ele disse que a SEDIHPOP está acompanhando por meio da Coordenação Estadual da Política LGBT e da Ouvidoria de DH, Igualdade Racial e Juventude, além da Superintendência de Combate à Violência Institucional (SCVI).

Veja alguns dos tweets sobre o caso nas redes:

- Mari (@marypisani) June 6, 2021
- Daniel Lélis ?????? (@dannlelis) June 6, 2021
- Chico Gonçalves (@xicogoncalves) June 6, 2021

Nota oficial da PRF-MA:

Sobre o caso de um homem que caminhava nu durante a noite de sexta-feira (04) no perímetro urbano da cidade de Porto Franco, sudoeste do Maranhão, fato amplamente divulgado em rede social, a assessoria de comunicação da PRF no estado do Maranhão informa o que se segue:

1 - Uma equipe PRF de plantão na BR-010 adentrou a cidade quando tentou ajudar e prestar auxílio ao rapaz, que rejeitava a ajuda da equipe. Ainda assim, mesmo fora da rodovia, os policiais continuaram fazendo batedor para resguardar a integridade física do mesmo.

2 - Em determinado momento o rapaz entrou em uma área particular e não foi mais visto pelos policiais, pois a escuridão o encobriu.

3 - Na impossibilidade de ajudar o rapaz, que negava ser auxiliado, a equipe PRF, considerando que o local é jurisdição da polícia militar, os PRFs tentaram contato com a PM local, mas os policiais militares não puderam deslocar, pois a viatura estaria em outra missão.

4 - Na impossibilidade de ajudá-lo, face a negativa do rapaz e, tendo em vista que o mesmo desapareceu na

escuridão, adentrando uma propriedade privada, os policiais realizaram mais algumas buscas a pé, mas não conseguiram localiza-lo na escuridão. Diante disto tomaram rumo à rodovia e retomaram suas atividades de ronda.

A PRF informa que presta centenas de auxílios diariamente em todo o país. No Maranhão, os auxílios aos usuários das sete BRs que cortam o estado oscilam entre 04 a 18 apoios diários. Por outro lado, quando a pessoa não quer ou não aceita ser ajudado, na maioria das vezes os policias não conseguem fazê-lo, como foi o caso narrado acima.

À disposição para maiores esclarecimetnos.

Antonio Noberto

Núcleo de Comunicação Social/SPRF-MA

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/06/07/morte-de-jovem-em-porto-franco-causa-revolta-nas-redes/>

Pesquisa aponta que uma a cada quatro mulheres sofreu violência no último ano

A terceira edição da pesquisa "Visível e Invisível" lança luz sobre os impactos da atual pandemia de Covid-19 sobre a vitimização de mulheres no Brasil e como a crise vem afetando homens e mulheres de maneiras diferentes.

Encomendada pelo Fórum Brasileiro de **Segurança Pública** junto ao Instituto Datafolha e com apoio da Uber, a pesquisa mostra que uma em cada quatro brasileiras acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência ao longo dos últimos 12 meses no país, o que representa um universo de aproximadamente 17 milhões de **mulheres vítimas de violência** física, psicológica ou sexual no último ano.

Desse total, 25% apontaram a perda de renda e emprego como os fatores que mais influenciaram na violência que vivenciaram em meio à pandemia de Covid-19.

Falta de autonomia financeira é o principal fator de exposição à violência

O levantamento aponta, ainda, que a violência é mais prevalente entre mulheres jovens, pretas e divorciadas. Questionadas na pesquisa, as vítimas apontam a ausência de autonomia financeira, quadro que se agravou durante a pandemia, como o principal fator de vulnerabilidade.

Entre as vítimas, 25,1% afirmaram que estão expostas à violência porque perderam o emprego ou não têm possibilidade de trabalhar para garantir renda própria. "Isso é um elemento importante para endereçar políticas públicas e pensar em mecanismos específicos", diz Samira. "Se a mulher tem autonomia financeira, ela pode romper a relação. Mas, quando depende financeiramente do parceiro, ela acaba relevando ou procurando justificativas para as agressões. Afinal, o mais importante é colocar comida na mesa."

Pela pesquisa, a maior parte das vítimas tem entre 16 a 24 anos (35,2%), índice que vai decaindo na medida em que as faixas etárias avançam. Para as mulheres com 60 anos ou mais, o indicador é de 14,1%.

A pesquisa ouviu 2079 pessoas, entre homens e mulheres, em 130 municípios brasileiros, no período de 10 a 14 de maio de 2021.

Confira a pesquisa.

Site: <http://www.suacidade.com/noticias/brasil/pesquisa-aponta-que-uma-cada-quatro-mulheres-sofreu-violencia-no-ultimo-ano>

PM realiza operação catraca

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-06.58.59-07.01.13-1623069011.mp4

2 irmãos foram mortos a tiros

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.14.09-07.15.59-1623069132.mp4

Criança sofre maus-tratos o que leva casal ser conduzida pela polícia militar

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.20.37-07.23.23-1623069295.mp4

Homem é preso por violência doméstica

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.26.22-07.29.41-1623069365.mp4

Adolescente é apreendido com drogas

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.37.31-07.38.53-1623069429.mp4

Incêndio em apartamento

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.41.34-07.42.44-1623069497.mp4

Mulher é agredida por marido em Imperatriz

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.42.44-07.45.41-1623069561.mp4

Drone é capturado após ser visto sobrevoando a Unidade de Ressocialização

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.51.16-07.51.56-1623069658.mp4

Polícia civil prende homem procurado por homicídio

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVCIDADEAFRECORDMA-07.54.32-07.55.21-1623069778.mp4>

Povoado de Coroadinho tem registro de homicídio

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

[SBTMA-07.30.43-07.31.44-1623073015.mp4](#)

Adolescente é apreendida com 3 quilos de maconha

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

[SBTMA-06.56.51-06.58.57-1623072187.mp4](#)

Tentativa de homicídio e homicídio são registrados em Coroatá

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

SBTMA-06.53.11-06.55.41-1623072101.mp4

Disputa de território para o tráfico leva violência e morte entre pessoas

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

[SBTMA-06.38.20-06.41.43-1623071877.mp4](#)

Neto é preso em Codó suspeito de abusar sexualmente a própria avó

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

[SBTMA-06.33.45-06.36.15-1623071802.mp4](#)

Criança é resgata em buraco pelos bombeiros

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVDIFUSORAAF>

SBTMA-06.16.24-06.18.00-1623071549.mp4

Ferryboat pega fogo na Ponta da Espera, em São Luís

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/07/TVMIRANTESOL>

UIZAFGLOBOMA-12.21.09-12.22.31-1623085116.mp4